AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

DO CERRADO À AMAZÔNIA: AS ESTRUTURAS SOCIAIS DA ECONOMIA DA SOJA EM MATO GROSSO

ANTONIO JOÃO CASTRILLO FERNÁNDEZ;

PGDR/UFRGS

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

ajcastrillon@terra.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

ADMINISTRAÇÃO RURAL E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso

Resumo

O volume de produção e área cultivada com lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção à floresta amazônica vem passando por um rápido crescimento nas últimas duas décadas, fenômenos amplamente divulgados pelas estatísticas oficiais e imprensa nacional, procurando dar visibilidade ao "amadurecimento" do "agronegócio" brasileiro, indicado pelos elevados índices de produtividades, uso de "tecnologias sofisticadas" e atuação no mercado de futuro. Este estudo tem por objetivo apresentar elementos das estruturas sociais deste "agronegócio", procurando destacar de que maneira e em quais situações a sua dimensão econômica é construída na relação de interdependência que mantém com as dimensões sociais, políticas e ambientais. Em outras palavras, este trabalho inscreve-se numa tentativa de se afastar das análises que abstrai do mundo social (do cotidiano vivenciado pelas pessoas) as possibilidades de realização das práticas econômicas, como se elas fossem autônomos, com hierarquias próprias e desprovidas de uma historicidade; para, por outro lado, identificar as formações sociais específicas que potencializam e dinamizam, pelo uso de recursos diversos, a consolidação e expansão das relações sociais de produção na agricultura.

Introdução

Após consolidar-se na região Sul, especialmente nos estado do Rio Grande do Sul e Paraná, a produção de soja, a partir da segunda metade dos anos 1970, avançou para as áreas de cerrado, iniciando uma nova dinâmica da agricultura para a região. Esta unidade de paisagem representa 23,9% do território nacional e ocupa 35,3 milhões de hectares no estado de Mato Grosso. As características de clima, solo, relevo e vegetação contribuíram para a rápida expansão da cultura. Atualmente, Mato Grosso é o principal estado produtor de soja, com 5,14 milhões de hectares e uma produção de 15 milhões de toneladas, o que corresponde, respectivamente, a 24,2% e 30% da produção brasileira. Com uma taxa de crescimento média anual de 20,2% para os últimos dez anos, foi a atividade agrícola com maior impacto na economia regional.

O avanço da fronteira agrícola, dinamizada pelas lavouras de soja, segue uma *trajetória específica de mobilização de recursos*, que pode ser verificada nas *estratégias* de acesso à terra, mobilização de recursos financeiros, geração de tecnologia, construção de infra-estrutura (transporte, armazéns, serviços), como também no surgimento de novas cidades, na composição de novas redes de atores, no surgimento de novas forças políticas; ainda, na definição de novas regras de uso dos recursos naturais que melhor adaptam aos interesses dos setores produtivos, com a finalidade de fortalecer a atividade econômica em curso.

Os estudos sobre o "desenvolvimento" da agricultura brasileira, de um modo geral, têm como eixo central de análise os aspectos "econômicos" deste processo, enfatizando a importância do "progresso técnico" e o seu condicionamento ao "mercado". As relações sociais, políticas, culturais, étnicas e com o ambiente são focadas como derivações ou conseqüências das mudanças dos "padrões econômicos" em curso. Manter o foco da análise nas "relações econômicas" é abrir mão da complexidade dos arranjos locais para a mobilização de recursos com a finalidade de criar condições consideradas mais favoráveis para a expansão das atividades econômicas.

Este artigo tem por objetivo discutir elementos de um arranjo teórico-metodológico para a análise da *expansão da soja nas áreas de cerrado em direção às áreas de transição com a floresta amazônica*, com foco no estado de Mato Grosso, de modo que, os aspectos econômicos deste processo sejam apreendidos e explicados a partir das relações recíprocas que estabelecem com os aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais. Fatores, que no seu conjunto, constituem a dinâmica da expansão das lavouras de soja.

Alguns dados estatísticos

A produção brasileira de soja pode ser delimitada em três períodos, desde os primeiros plantios comerciais no estado do Rio Grande do Sul até aos atuais plantios nas áreas de transição dos cerrados com a floresta amazônica. O primeiro refere-se ao período da introdução da espécie no Brasil e se estende até final dos anos 60, com a produção concentrada na região Sul e sendo cultivada em consórcio com a lavoura do trigo. O segundo período, entre os anos de 1970 a 1985, tem sido amplamente analisado na literatura brasileira como o período da "modernização" da agricultura e formação dos "complexos agroindustriais", cuja produção estava fortemente concentrada na região Sul, com destaque ao Estado do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, e ao Estado do Paraná. Neste período, a produção agropecuária foi estimulada pelos programas de crédito subsidiado, expansão da infra-estrutura produtiva (armazéns), investimento em pesquisa e pelos programas de colonização, induzindo fluxos migratórios da região Sul para a Amazônia. O terceiro período, que se configura a partir da segunda metade da década de 1980 aos dias atuais, tem se caracterizado pela expansão e consolidação da agricultura nos cerrados, com destaque à lavoura de soja. Se no período anterior a inovação tecnológica e a composição de capitais foram os elementos que melhor caracterizaram as mudanças ocorridas na agricultura brasileira, agora, parece que, o que retrata a nova dinâmica da agricultura na região Centro-Oeste – Norte é a descentralização do poder econômico do eixo Sudeste – Sul, o que não representa o seu enfraquecimento, mas sim uma nova composição das forças sociais nas regiões de expansão das fronteiras agrícolas, com fortes repercussões sobre a dinâmica da economia regional e nacional.

O estado de Mato Grosso apresentou um quadro bastante favorável para a expansão das lavouras de soja, resultado da convergência de importantes fatores que se desenvolveram ainda nos anos de 1970, no contexto da colonização dirigida e da modernização da agricultura. O primeiro, refere-se a apropriação de tecnologias que permitiram o uso dos solos dos cerrados para a atividade agrícola em larga escala (monocultivos) e adaptação de

variedades a fotoperíodo de baixas latitudes (dias longos), criando um novo potencial agrícola para região. Soma-se a eles a construção de infraestrutura, tais como estradas, armazéns e serviços em geral, possibilitando tanto a consolidação de núcleos populacionais quanto o armazenamento e escoamento da produção. O terceiro elemento refere-se ao fluxo migratório das famílias que se deslocaram da região Sul para o Mato Grosso e outros estados da Amazônia Legal em busca de novas oportunidades nas atividades agrícolas, através da aquisição de terras nos programas de colonização pública ou privada, ou, simplesmente, através da compra de terceiros.

As primeiras lavouras foram implantadas na mesorregião Sudeste do estado, mais precisamente no entorno da microrregião de Rondonópolis, que se apresentava como importante pólo da "modernização" da agricultura mato-grossense, com infra-estrutura de transporte, armazenamento, empresas nos setores de serviços e comércio agrícola, rede bancária e forte concentração de agricultores com larga experiência no cultivo de lavouras mecanizadas na região Sul. A combinação destes fatores, com o acesso a recursos naturais (solo, clima, relevo) adequados ao cultivo de lavoura em larga escala, foi decisiva para a implantação de plantios experimentais ainda na segunda metade dos anos de 1970. Os resultados positivos estimularam o crescimento da área plantada que passou de 50 hectares em 1974 para 19.630 em 1979.[1]

A viabilidade técnica do cultivo da soja no cerrado estimulou a rápida expansão da área cultivada no estado de Mato Grosso, que no ano de 1980 chegou a 70,4 mil hectares e em 1985 a 795,4 mil hectares, sendo que metade desta produção estava concentrada na região Sudeste, com destaque para os municípios de Itiquira, Alto Araguaia e Rondonópolis.

O fortalecimento da atividade foi acompanhado da agregação de novos setores à economia regional. Entre eles destacam-se os setores de insumos, de máquinas, de serviços, de processamento e comercialização de produtos agrícolas e do desenvolvimento de pesquisa, caracterizando a região como uma referência tecnológica e base sócio-econômica para a expansão das lavouras de soja no estado.[2]

Na segunda metade dos anos de 1980 os plantios avançaram para a região Norte Mato-grossense, mais precisamente para as micro-regiões do Pareci e Alto Teles Pires, onde estão situados, respectivamente, os municípios de Diamantino e Nobres, que em 1985 surgem como os maiores produtores de soja do estado. Estes municípios estão localizados à margem da BR 163, que faz a ligação do médio norte do estado à região centro-sul, facilitando o escoamento e comercialização dos produtos agropecuários. A expansão para novas áreas elevou o cultivo de soja no estado para 1,55 milhões de hectares no ano de 1990, um crescimento de 756 mil hectares em relação ao ano de 1985, o que representa uma taxa média anual de 19%.

Assim, no início da década de 1990, a produção de soja em Mato Grosso estava distribuída em três pólos: na mesorregião Sudeste (42,6% da soja no estado); na mesorregião Norte (45,3%); e na mesorregião Noroeste (9,3%). A rápida ocupação da Chapada dos Parecis elevou a concentração do cultivo na mesorregião Norte-matogrossense, cuja área plantada cresceu em aproximadamente um milhão de hectares no decorrer da década de 1990. Apesar do expressivo crescimento da área cultivada, o número de municípios com registro de produção de soja apresentou pequena variação, passando de 58 para 64 na década de 1990.

Nos últimos quatro anos (2000 a 2004) mais de 2,3 milhões de ha foram incorporados aos plantios de soja no estado, dos quais 1,5 milhões localizados na mesorregião Norte, representando um crescimento médio anual de 375 mil ha. No entanto, ao contrário da década anterior, nestes últimos anos ocorreu uma dispersão da área cultivada para outras regiões,

[1] As informações sobre a área cultivada e produção dos anos de 1974 a 1977, período que antecede ao desmembramento do Estado, referem-se aos municípios que viriam a formar o estado após à divisão.

[2] Ver dissertação de Elias da Silva. O papel da cidade de Rondonópolis no complexo agroindustrial do Sudeste de Mato Grosso. Antonio Alves da Silva. O complexo agroindustrial da soja no cerrado mato-grossense.

abrindo novas fronteiras agrícolas, com destaque para a mesorregião Nordeste, em especial ao Médio e Baixo Araguaia. Apesar do baixo percentual que representa a área cultivada nestas regiões (9,8% do total do estado), chama atenção o fato de ocorrer registro de cultivo de soja em 23 dos 25 municípios que compõem a mesorregião, ampliando a base de produção agrícola em direção à região amazônica.

No ano agrícola 2003/04 a área cultivada com soja no estado de Mato Grosso foi de 5,24 milhões de ha, com produtividade média de 2.768 kg/ha, alcançando um volume de produção de 14,5 milhões de toneladas, o que representa, aproximadamente, 30% da produção nacional.

Portanto, procurando realizar uma breve síntese do rápido, mas intenso, processo de expansão da soja no estado de Mato Grosso observa-se que, após a consolidação dos cultivos na região do entorno do município de Rondonópolis, duas novas frentes se expandiram, uma em direção ao Noroeste, que até o ano de 2000 ficou delimitada na microrregião de Canarana, e outra em direção do Médio Norte do estado, que se estende à região Oeste e ao Norte, ao longo da BR 163, ocupando a Chapada dos Parecis. Como resultado do crescimento da área cultivada para novas regiões o número de municípios com produção de soja ampliou de 64 no final dos anos de 1990 para 106 em 2004, o que representa 76% dos municípios do estado.

O problema

Os dados acima apresentados tiveram por objetivo caracterizar a dinâmica espacial do crescimento da produção brasileira de soja, procurando demonstrar a trajetória dos cultivos da região Sul para as regiões Centro-Oeste e Norte, a ocupação do cerrado e das áreas de transição com a floresta amazônica, o ritmo de crescimento das áreas cultivadas, do volume de produção e do ganho de produtividade.

Esta dinâmica da agricultura nas áreas de cerrado em direção à floresta amazônica é identificada não apenas pelo número de hectares cultivados, de sacas colhidas e de produtividade alcançada, mas, também, pelo número de cidades, distritos, comunidades, associações que foram "semeadas" e "nasceram" com as lavouras, o que deu suporte e base para o prosseguimento de ocupação de outras áreas. Um "novo" espaço de produção é construído juntamente com "novos espaços de relações sociais", cuja disposição dos agentes concorre para a mobilização de diversos tipos de recursos (terra, tecnologia, crédito, força-de-trabalho, infraestrutura etc.), considerados "necessários" para a continuidade da expansão das atividades agrícolas.

O ponto de partida deste estudo é a identificação do conjunto de relações sociais específicas que tem contribuído para viabilizar a realização das atividades econômicas em curso. Trata-se de construir um campo de investigação que ofereça caminhos possíveis de aproximação da complexidade e diversidade das relações sociais que constituem a base da atividade agrícola, procurando, assim, identificar, através das "configurações significativas" (interdependência entre agentes), as condições sociais de possibilidade de emergência das práticas econômicas na região de fronteira agrícola.[3]

Procura-se, portanto, recolocar o problema de pesquisa sobre o tema do "desenvolvimento da agricultura" que, predominantemente, foi abordado como expressão de estruturas econômicas consolidadas, autônomas e auto-referenciadas. Estas "estruturas econômicas" têm sido apresentadas como uma tendência da industrialização da economia, do

[3] No contexto deste projeto, o termo "fronteira" é um instrumento que ajuda a refletir, como sugere Guimarães Neto (2003: 3), "as dimensões culturais das situações vivenciadas pelos diversos atores sociais que se deslocam para as novas áreas, distanciando-se de seu significado geopolítico, instituidor das marcas divisórias dos territórios de Estados-nações, e outras caracterizações político-administrativas. A fronteira é pensada como prática social e multicultural do processo de reocupação de territórios – especialmente áreas indígenas e de posses antigas –, relacionada aos constantes deslocamentos de grupos sociais".

crescimento do mercado consumidor (resultado da urbanização crescente), motivadas pela formulação e execução de políticas públicas voltadas para determinados fins e pelo emprego do cálculo econômico formal, por parte dos agentes, visando maior eficiência no uso dos recursos.

Neste estudo, *o problema de pesquisa* é construído de forma a apreender o processo de construção de uma "nova" base de produção agrícola na região de fronteira, como o resultado da *relação que se estabelece entre as trajetórias de diferentes agentes (agricultores, populações locais, empresas, esfera pública), dentro de uma determinada configuração social, e as estratégias criadas por estes agentes para mobilizar e converter recursos políticos, econômicos, sociais e culturais em recursos de produção, criando, assim, novas possibilidades de realização de práticas econômicas.* Ou seja, a expansão da soja nas áreas de cerrado, deslocando para as áreas de transição com a floresta amazônica, deixa de ser apreendida como efeito de estruturas econômicas, políticas e sociais dadas (no sentido de naturalizadas) que se impõem aos agentes, para ser identificada como resultado de práticas sociais historicamente construídas.

Juntamente com a expansão da atividade agrícola formou-se uma rede de relações (sociais, econômicas, políticas e culturais) que sustentou e ampliou a possibilidade de avanço da atividade, mais uma vez, fortalecendo a própria rede, através de um efeito de **conversão das relações econômicas em relações políticas** e, posteriormente, através de um efeito de **reconversão das forças políticas em capital econômico**. Um dos casos mais emblemáticos da formação de novas lideranças políticas é a eleição de Blairo Maggi, "maior produtor individual de soja do mundo" (Ogawa, 2000), como governador do Estado de Mato Grosso. Não menos importantes são as eleições de vereadores, prefeitos e deputados, também, direta ou indiretamente, relacionados com atividades da soja. Estes governantes ou lideranças adotam medidas ou criam instrumentos para fortalecer a estrutura da atividade agrícola, construindo estradas, hidrovias, investindo em pesquisas e negociando leis ambientais que permitam a incorporação de novas áreas ao sistema produtivo.

O que se pretende demonstrar é que a construção do *campo de relações sociais* de produção, que viabilizou a realização de práticas econômicas específicas, neste caso, para a produção de soja, não foi produto de ações planejadas, calculadas e executadas por agentes públicos e privados visando a ocupação da Amazônia a partir da segunda metade dos anos de 1960, como sugerem alguns autores; mas o resultado da combinação de diferentes trajetórias, de diferentes estratégias empreendidas por diferentes agentes na mobilização de recursos disponíveis e "necessários" que tornaram possível e "eficiente" a exploração econômica da atividade agrícola nestas áreas de fronteira. Com esta abordagem não se pretende dizer que o avanço da soja se realiza fora de uma lógica capitalista de produção, antes pelo contrário, procura demonstrar como esta lógica de produção é construída e viabilizada pelos agentes que atuam para tal finalidade.

O segundo passo considerado importante (e necessário) para a identificação e construção do *campo de relações sociais*, capaz de empreender forças mobilizadoras de recursos para o avanço das lavouras de soja no cerrado mato-grossense, consiste em distanciar das abordagens teóricas que analisam as ações econômicas como autônomas à realidade social, no sentido de expressar uma racionalidade instrumental que se orienta mais pela razão do cálculo formal do que por uma razão prática.[4] Ao apresentar esta proposição não se

[4] A passagem em que Furtado (1980: 43) explora a importância da *técnica* como elemento motivador do desenvolvimento. Ajuda a ilustrar a importância e o papel estratégico que o comportamento racional desempenha no pensamento econômico: "O conceito de inovação permite abordar de um outro ângulo esse problema da natureza do tempo histórico. O comportamento racional do homem tem sua origem na prática da produção dos meios de subsistência. Essa prática conduz o homem a fixar-se objetivos e a adequar meios para consecução desses objetivos. Apreender a existência de relações estáveis entre os fins e os meios da ação é a base em que se

pretende desvalorizar a importância que os agentes atribuem à maior "eficiência" do uso dos recursos tecnológicos, à necessidade de um maior domínio dos instrumentos de mercado, enfim, de meios que lhe permitam uma melhor conversão dos investimentos em rentabilidade. Procura-se, identificar na composição das relações sociais, e não apenas na "economia do cálculo formal", fatores que têm contribuído para o rápido avanço das forças produtivas nas áreas de fronteira.

O desenvolvimento das lavouras de soja no estado de Mato Grosso, mas também em outras regiões brasileiras, foi protagonizado, predominantemente, por agricultores que migraram da região Sul do país, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. (São famílias que se deslocaram nos anos de 1970, por ocasião dos programas oficiais de colonização, ou nos anos de 1980 inseridos nas colonizações privadas, ou, mais recentemente, atraídos pela rentabilidade da lavoura). O deslocamento das famílias ocorreu de forma a recriar nos locais de destino redes de parentesco ou de pertencimento, como mecanismo de superar as adversidades do novo ambiente. Estas redes facilitaram a criação de novos vínculos locais e a manifestação de elementos da sua identidade, de sua cultura, através da roupa, do sotaque, da alimentação, da nomeação dos lugares, da dança, das práticas esportivas (bocha, spiralbal), dos times de preferência (Grêmio ou Internacional), da forma de trabalho, do domínio tecnológico, das relações de casamento e outros elementos que marcam a identidade do grupo. Novas redes de interação foram criadas, às vezes mais especializadas, às vezes mais localizadas, sempre procurando dar respostas aos novos desafios ou às novas necessidades impostas ao grupo. Estes elementos de identificação dos grupos, de construção de uma etnicidade[5] da "rede gaúcha" de colonização, agem também, como elementos de distinção, de não-pertencimento, que os distingue dos "mato-grossenses", dos "cuiabanos", dos "paulistas", dos "mineiros", dos "baianos", enfim, dos "outros" que manifestam outras culturas, outras temporalidades, outros domínios tecnológicos. O mesmo vale para os grupos "estabelecidos" que criam seus mecanismos de distinção em relação àqueles que chegam.

O efeito de distinção se constrói em um jogo de polarização, sempre marcado por qualidades apreciativas e depreciativas. No caso da expansão da soja, o jogo da distinção toma como referência, principalmente, elementos que demarcam maior "eficiência" na ocupação do território e uso dos recursos naturais, como por exemplo, "produtividade de fatores", domínio tecnológico, geração de emprego, movimentação de capital, forma de gestão, domínio de mercado. Os elementos de nomeação ou de distinção, que expressam força de generalização, são definidos pelos grupos que ocupam posições de vantagem no espaço de interação social.

---

funda o comportamento racional. Traduzir essa percepção em regras, em informação transferível mediante símbolos , é criar uma técnica. Portanto a técnica é uma forma de ação programada em um código. Seu ponto de partida é a ação, vale dizer, o esforço orientado para lograr fins preestabelecidos. O comportamento é tanto mais *racional* quanto mais facilmente se obtêm os fins almejados, dados os meios disponíveis. Comportamento racional corresponde, portanto, a comportamento eficiente, e maior eficiência significa progresso técnico. Ora o progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar. Portanto é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento, que cria o *desenvolvimento*". (O destaque em linhas sublinhadas foi realizado pelo autor do artigo). Uma análise que explore a diversidade de fatores que constitui a configuração do avanço recente das lavouras de soja permite identificar que, os agentes recorrem a outros meios para construir a sua eficiência produtiva que não se restringe à eficiência do progresso técnico, mas à eficiência de mobilização de outros fatores.

[5] O termo "etnicidade" é um recurso utilizado para caracterizar a dinâmica de formação de determinados grupos sociais em relações a outros grupos. No caso em estudo, a construção da identidade gaúcha no contexto da ocupação da Amazônia se realiza na interação (interdependência) com outros grupos sociais: ao mesmo tempo em que produz mecanismos de fortalecimento do grupo (mecanismos de identificação) produz referências que os distanciam de outros grupos. Como sugere Lapierre (1998: 11), "etnicidade não é um conjunto intemporal, imutável de 'traços culturais' (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de condutas, língua, código de polidez, práticas de vestuários ou culinárias), transmitido da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma mesma organização social que não cessa de evoluir".

Assim, o avanço das lavouras de soja, identificado pela ampliação da área cultivada, pela produtividade, pelo volume da produção, é acompanhado, também, por um verdadeiro processo de formação social, onde diferentes agentes criam relações de interdependência, com graus variados de conflitualidades, que podem ser manifestadas pelas formas diferenciadas de produção, de uso tecnológico e dos recursos naturais, de modos de vida e de manifestações culturais, marcando a coexistência entre diferentes grupos sociais, como por exemplo: posseiros, pequenos produtores, populações indígenas, extrativistas, grileiros, pecuaristas e outros.

A realização de uma atividade econômica, especialmente em área de fronteira (onde, antes de marcar a borda, o limite, o ponto final de uma "civilização", marca o início da construção de novas formações sociais, de novas territorialidades) não é apenas a materialização de um conjunto de fatores de produção, dispostos segundo uma lógica determinada para responder mais eficazmente ao padrão econômico que está sujeito. Mas, é um verdadeiro processo social, marcado por relações de conflito entre diferentes protagonistas, cujo objetivo é criar as condições mais adequadas para a realização das práticas econômicas. Assim, a "racionalidade do cálculo formal", característica esperada da ação econômica situada em relações de produção capitalista, é a expressão tanto das estruturas das relações mercantis (que se impõem pelo preço, insumos, tecnologia, mercado, etc.) quanto das condições materiais, históricas, de possibilidade de realização dessas atividades.

O campo de investigação para a análise do processo de expansão das lavouras de soja nas áreas de cerrado em direção à floresta amazônica é definido pela combinação das **trajetórias** de diferentes agentes sociais (agricultores, colonos e colonizadoras, pecuaristas, posseiros, populações indígenas, grileiros, empresas de comercialização, Estado etc.) que, por **estratégias** específicas, mobilizam e criam recursos capazes de produzir uma dinâmica própria para as relações sociais de produção na área de fronteira.

A inserção dos produtores de soja de Mato Grosso no mercado internacional, ao mesmo tempo em que expressa uma tendência de maior autonomização do "campo econômico" ou das "relações econômicas de produção", expressa também, uma forte tendência de vínculo e de dependência a outras dimensões que compõem a vida social (política, cultural). Dizendo de outra forma, as relações econômicas, antes de expressarem uma dimensão específica e autônoma do mundo social, expressam uma **multidimensionalidade** de vínculos e associações que podem ser verificados nos mecanismos de distinção que qualificam e desqualificam padrões de comportamento, modelos tecnológicos, manifestações culturais; na ação de determinados grupos de agentes que convertem os recursos políticos (mobilizados pela eleição de vereadores, prefeitos, deputados e governador) em infra-estrutura e fatores de produção; na construção de novas etnicidades, que são acompanhadas da desterritorialização[6] das populações tradicionais, abrindo novos espaços para o avanço da fronteira agrícola; enfim, em um conjunto de ações que têm por objetivo converter e construir recursos que possam ser apropriados para a expansão das atividades econômicas.

Portanto, a construção de novos processos sociais, tecidos pela *interdependência* entre agricultores do Sul (que se deslocam para a Amazônia no contexto da colonização dirigida), populações locais e outros agentes (Estado, empresas, pecuaristas etc.) são convertidos em "recursos de produção". Ainda, estes diferentes agentes, através de estratégias diversas, convertem diferentes tipos de recursos (político, cultural, social e econômico), construídos ao

[6] Neste projeto o termo "território" e outros dele derivados como "territorialização", "desterritorialização" e "reterritorialização" não tem uma função conceitual, apenas sugere o movimento de construção e descontrução de espaços de produção de práticas sociais, permitindo pensa-lo no seu papel ativo, produtor de identidades, de cultura, de etinicidades, de expressão de forças políticas. Para uma leitura mais aprofundada sobre "território" em áreas de expansão agrícola, ver HAESBAERT (1997).

longo do processo de ocupação de novas terras, em fatores que estimulam o avanço da produção agrícola. Em outras palavras, as "ações econômicas" manifestam-se como expressão de relações sociais construídas pela interdependência de diferentes agentes em configurações específicas. Uma boa imagem do movimento de ocupação de novas terras é oferecida por Sérgio Buarque de Holanda ao caracterizar a colonização européia no Brasil. Segundo o autor, a colonização ocorreu "*com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio*" (HOLANDA: 1990: 16). A imagem do "couro" ajuda a caracterizar a flexibilidade com que ocorre o avanço das forças de produção nas áreas de fronteira: elas são flexíveis o suficiente para traduzir em fatores de produção as adversidades e os recursos que o novo ambiente pode oferecer.

Alguns elementos que ajudam a caracterizar aspectos sociais da expansão da soja em Mato Grosso

Neste item será apresentado, de forma bastante breve, o que se tem procurado caracterizar como as "estruturas sociais" da expansão da soja nas áreas de fronteira e como estas estruturas repercutem na consolidação das atividades econômicas. As dimensões selecionadas não esgotam a diversidade e complexidade dos fatores que constituem o campo de investigação, elas expressam de maneira simplificada o resultado da pesquisa exploratória e do levantamento de dados secundários.

1. Um dos fatores que vem contribuindo para a rápida expansão das lavouras de soja na região de fronteira é o grande "estoque" de terras com características favoráveis à implantação das lavouras comerciais a preços reduzidos, vis a vis, as regiões de agricultura consolidada.[7] Apenas nos últimos dez anos, aproximadamente, três milhões de hectares foram incorporados às lavouras de soja no Estado de Mato Grosso.[8]

Rezende (2002), ao comparar os custos de produção das lavouras de soja no Brasil com a produção americana argumenta que, a competitividade brasileira está associada ao custo do fator terra: "é graças principalmente ao menor custo da terra que a produção de soja em Mato Grosso consegue ser competitiva com a produção de soja americana e paranaense" (p.5). Enquanto o custo de produção por hectare nos Estados Unidos (estado de Illinois) é de US$ 798, em Mato Grosso é de apenas US$ 386, esta diferença reside no fator terra, "que lá (EUA) é de US$ 286 contra apenas US$ 37 em Mato Grosso" (Idem). Diferença que tem estimulado a aquisição de terra por agricultores americanos em áreas de expansão agrícola no estado.[9]

Em estudo semelhante, Gomes (2004) analisa a rentabilidade da produção de soja no estado de Mato Grosso. Segundo o autor, quando se considera a remuneração do fator terra, "o custo de produção total de uma saca de soja fica bem acima do imaginário popular de muitos produtores rurais" (p. 30). Tomando como referência a safra 2003/04, o custo de produção "ultrapassa o nível de US$ 16,00/saca, para um preço de venda de US$ 14,00"

[7] Ver: Brandão, Rezende, Marques (2004); Rezende (2002).

[8] Ver Tabela 6, (Apêndice B).

[9] Ver: Diário de Cuiabá. "Alguns dos agricultores norte-americanos já se mudaram para Mato Grosso. Douglas Ferrell comprou 10 mil hectares de terra em uma área de floresta na região de Querência, no extremo norte de Mato Grosso, ha três anos e vagarosamente está limpando o terreno para o plantio de soja". Jornal Diário de Cuiabá. Produtores de soja dos EUA investem em Mato Grosso (25/02/2003). Associated Press (23/12/2003). Fazendeiros americanos plantam soja na Amazônia: "Jay Edwards, um fazendeiro de Indiana (EUA) de 46 anos que gerencia uma fazenda de 4500 hectares em Querência (MT) afirma que os custos de produção são similares aos norte-americanos mas a terra é consideravelmente mais barata. 'Você vê retorno quatro ou cinco anos depois de ter limpado a terra' declarou Edwards à Associated Press". Matéria retirada do site http://www.amazonia.org.br.

(Idem). Por outro lado, quando se exclui a remuneração do fator terra o custo de produção reduz para US$ 12,81/saca, proporcionando um lucro líquido de US$ 1,19/saca.[10]

Nos estudos acima citados, o preço da terra aparece como fator importante na composição dos custos de produção. Ao contrário dos demais fatores (tais como insumos e máquinas), cujos preços são estabelecidos pelos respectivos mercados, proporcionando pouca flexibilidade na redução de preço, o mercado de terra, nas áreas de fronteira, sofre grande influência da ação dos agentes locais, que agem no sentido de reduzir a mobilização de capital na aquisição de novas áreas. Em uma primeira análise, observa-se que, a elevação dos custos de produção pelo aumento dos preços de insumos e máquinas é compensada pela aquisição de terras em regiões de abertura recente, onde o preço é inferior àqueles praticados em regiões consolidadas. Fato expresso pela mobilização dos setores ligados à produção de soja para a continuidade do asfaltamento da BR 163, que liga Cuiabá ao porto de Santarém, no Pará. A execução desta obra permitirá o uso de grandes extensões territoriais com novas atividades agropecuárias. O mesmo movimento ocorre em direção das microrregiões Médio e Baixo Araguaia. São ações no sentido de criar infra-estrutura que viabilize a exploração agrícola em área de baixo valor imobiliário e adequada ao plantio em larga escala.

Tradicionalmente, ações públicas contribuíram para a desoneração dos custos de abertura de novas áreas, minimizando a mobilização de investimentos privados na aquisição de terras e construção de infra-estrutura. Na década de 1970, o governo federal criou um conjunto de programas, entre eles a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e as Colonizações (públicas e privadas), com o objetivo de facilitar a ocupação das terras públicas da Amazônia brasileira.[11] A SUDAM teve como instrumento principal a concessão de créditos subsidiados às grandes empresas agropecuárias. Em uma década de existência foram financiados 194 projetos de desenvolvimento econômico no estado de Mato Grosso, sendo liberado 94% do total dos recursos para empreendimentos com mais de 10.000 ha, predominando aqueles com áreas entre 20.000 a 50.000 ha (Fernández, 1994; Ferreira, 1981). Mesmo os programas de colonização que tinham por objetivo assegurar a transferência de terras públicas às famílias de pequenos agricultores, desenvolveram mecanismos que possibilitavam a vendas destas áreas para empresários ou pecuaristas. Como no caso de Alta Floresta em que apenas 13% de um total de 200.000 ha, adquiridos com autorização do Incra para efeito de colonização, foram colocados à venda aos pequenos agricultores (Guimarães Neto, 2003; Moreno, 1993).

Além dos programas federais de incentivo à reocupação das terras em Mato Grosso, os governos do estado, ao longo das décadas de 1970 e 1980, criaram um conjunto de instrumentos para legalizar a prática de arrecadação irregular de terras públicas e a sua transferência ao domínio privado. Entre eles estão: a Legitimação de Posses; a Regularização sem Concorrência; a Regularização com Concorrência e com Direito de Preferência (aplicava-se a regularização de áreas superiores àquelas delimitadas por lei); a Ultimação de Processos Precedentes (permitindo a regularização das concessões, sem o título provisório, apenas com a publicação do despacho de concessão); Retificação de Limites e Permuta (Fernández, 2003; Moreno, 1993). Um grande número de empresas, empresários, pecuaristas e outros agentes recorreram a estes instrumentos para tornarem-se proprietários e dessa maneira terem acesso aos programas de crédito rural subsidiado. O Estado ao assumir os custos de abertura de novas

[10] O uso mais intenso de agrotóxico para o controle da “ferrugem asiática”, fungo que provoca danos econômicos às lavouras, e o aumento dos preços de insumos e máquinas, que em relação ao ano agrícola anterior subiu em média 20%, contribuíram para elevar os custos médios de produção de soja no estado e, conseqüentemente, pressionar a redução da margem de lucro. Mesmo neste quadro de aparente adversidade, estima-se crescimento da área cultivada para a safra 2004/05. (ROESSING; LAZAROT, 2004)

[11] Abreu (2001) analisa as políticas públicas implantadas pelo governo federal no âmbito da ocupação da Amazônia brasileira, com foco no estado de Mato Grosso.

áreas, através da transferência de terras públicas ao domínio de terceiros e da concessão de créditos subsidiados, eliminou as barreiras que o preço da terra e os investimentos em infra-estrutura poderiam impor à consolidação da atividade econômica. Segundo Martins (1994: 79),

> ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre a terra e o capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais (...). O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a racionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nele apoiado.

Além dos instrumentos legais, que transferiram grandes extensões territoriais ao domínio privado, seja através das colonizadoras ou transferência direta, também predominou os recursos a mecanismos ilícitos, tais como a grilagem de terra, favorecidos por uma rede de agentes com influência em cartórios e órgãos públicos responsáveis pela gestão territorial (Moreno, 1993), o uso de violência contra populações tradicionais (de posseiros, extrativistas, pequenos produtores, populações indígenas, entre outras), conflitos entre grandes proprietários para definir a legalidade de documentos e legitimidade do uso (Ferreira, 1981; Martins, 1993; Oliveira, 1997; Puhl, 2003). Enfim, mecanismos diversos capazes de transferir ao domínio privado grandes extensões territoriais de terras públicas. Guimarães Neto (2003: 2) faz a seguinte consideração sobre a participação do Estado neste processo:

> Não se pode desconhecer o processo histórico anterior, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960, em que os governos da maioria dos Estados da União Federativa do Brasil, sobretudo os da Amazônia, encontravam-se envolvidos com grandes falcatruas na venda e distribuição de terras pertencentes ao Estado (...). Mato Grosso é representativo dessas situações de ilegalidade de compra e venda de terras, em que o departamento de terras se apresentava como o maior agenciador de títulos forjados, incentivando a 'grilagem' (que neste caso caracteriza os procedimentos dos *grileiros*, ou seja, daqueles que procuram apossar-se de terras de outrem mediante falsas escrituras de propriedade) de terras públicas, indígenas e de camponeses.

Estas práticas, que normalmente tendem a reduzir os custos de aquisição de terras, *vis a vis*, ao preço de mercado, exercem forte influência na definição dos custos finais de produção, contribuindo para elevar as margens de rentabilidade do setor. Os estudos dedicados a explicar o "desenvolvimento da agricultura" brasileira como expressão das "mudanças técnicas" e da "recomposição do capital" tendem a excluir das análises estas estratégias de aquisição de terras, ou as tratam como externalidades, uma vez que elas não se enquadram no modelo teórico adotado.

A expansão econômica do estado de Mato Grosso tem sido acompanhada por um recrudescimento dos conflitos sociais no campo, marcados pela violência sobre grupos de posseiros, populações indígenas e outros segmentos.[12] A incidência mais recorrente é o requerimento de áreas utilizadas por pequenos produtores, geralmente posseiros, que não possuem documentos oficiais do domínio territorial, em que a ancianidade da posse não lhes garante o direito de uso.

Ainda são poucos os estudos disponíveis que analisam a relação direta da expansão das lavouras de soja com os conflitos sociais no campo. De um modo geral, as análises associam o crescimento da violência agrária à abertura de fazendas com formação de pastagem. No caso do estado de Mato Grosso, esta associação, aparentemente, mostra-se

[12] Para uma leitura mais criteriosa, ver: OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, USP, 1997. Tese (Livre Docência); ALMEIDA, Alfredo W. B. **Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, 2v. Tese (Doutorado em Antropologia Social); FERREIRA, Eudson C. **Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986; FERNÁNDEZ, A. J. Castrillon. **Violência, luta pela terra e assentamentos: a construção social dos assentados em Mato Grosso.** Porto Alegre, UFRGS, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

correta, uma vez que a pecuária é a atividade primeira de abertura de áreas, sendo, posteriormente, seguida ou substituída por outras. O que, de alguma forma, pode explicar a menor incidência de conflitos sociais, já "equacionados" ao longo da primeira ocupação.

Mas, a demanda por novas áreas, especialmente nas regiões norte (divisa com o estado do Pará) e nordeste (Baixo e Médio Araguaia) do estado de Mato Grosso, para o cultivo de soja, tem gerado uma série de denúncias sobre ações de grileiros e fazendeiros na retomada de áreas ocupadas por pequenos produtores. Glass (2004), em artigo publicado pela A Agência Carta Maior, noticiou, com base em um levantamento sistemático sobre violência no campo realizado pela Comissão Pastoral da Terra, que, no estado de Mato Grosso, onde as culturas extensivas de soja e algodão se expandem, "duas em cada cinco pessoas que fazem parte da população rural do Estado se envolveram em conflitos agrários em 2003". Na mesma matéria, o coordenador da CPT relata que "um grande produtor de soja da região de São Félix do Araguaia (MT) solicitou ao ouvidor agrário nacional que permitisse a 'realocação de pequenos produtores' proprietários de uma área onde ele queria plantar soja".

A área do entorno da BR 163, especialmente ao longo do trecho que liga o norte do estado de Mato Grosso ao município de Santarém no Pará (em projeto para asfaltamento), constitui o principal foco de especulação fundiária da Amazônia brasileira, atraindo interesses de pecuaristas e sojicultores. A ausência de mecanismos de ordenamento territorial criou uma situação de instabilidade social devido ao crescimento das disputas de terra. O jornal A Gazeta, de 28 de Julho de 2004, noticiou que "mais de 50 inquéritos da Polícia Federal (PF) do Pará investigam a participação de ex-produtores agrícolas de Mato Grosso em grilagem de terras públicas e privadas no Estado vizinho, que, desde 2003, com a promessa da conclusão da BR 163, estaria atraindo levas de produtores de soja".[13]

O conflito social não se caracteriza, portanto, como uma externalidade do processo de produção, antes pelo contrário, compõe estrategicamente a lógica de reprodução do capital nas áreas de fronteira. Almeida (1993: 64), ao analisar os conflitos sociais no campo decorrentes da luta pela terra, considera que os "aparelhos de poder desenvolvem uma interpretação positiva dos antagonismos sociais", como inerentes ao processo de modernização da agricultura na região de fronteira, "interpretam de maneira naturalizada o acirramento das tensões sociais e dos confrontos num endosso tácito à concentração fundiária sob o ditame da força bruta e da coerção" (Idem).

No estado de Mato Grosso, o processo de arrecadação e incorporação de terras públicas ao domínio privado não seguiu um padrão homogêneo, expressando uma diversidade de formas de ocupação do território. O tipo de estratégia adotada (compra, aquisição direta do Estado, grilagem, uso da coerção, entre outros) responde ao tipo de interdependência (relação) que estabelece entre os agentes envolvidos, ou seja, a sua posição em uma determinada configuração social e o tipo e volume de recursos controlados por estes agentes. Quanto menor o volume de recurso (financeiro, cultural, político) e quanto mais afastado estiver da atividade central (lavouras em larga escala – soja, algodão, milho, arroz) maior a probabilidade dos agentes serem submetidos a mecanismos "não-formais" (ilícitos) para aquisição de suas terras. Neste sentido, o avanço das lavouras comerciais tende a deslocar ou a pressionar os grupos sociais que não compõem o mesmo estrato de relações, as mesmas manifestações culturais, as mesmas atividades econômicas, criando um efeito, como sugere Haesbaerte (1997), de "desterritorialização" e de "reterritoriazação" do novo espaço social. O

[13] Na mesma região, a grilagem de terras, acompanhada de violência contra posseiros, foi denunciada pelo jornal do estado do Pará, O LIBERAL (29 de março de 2004): "há poucos dias, um dos posseiros denunciou que o bando armado havia torturado trabalhadores na frente de suas esposas e filhos. A reportagem teve acesso a um laudo pericial feito a pedido da polícia no hospital de Novo Progresso, que confirma a tortura sofrida por um dos agricultores, que levou coronhadas na cabeça, golpes de facão e pauladas. O agricultor não quis mais retornar à sua terra. Sua casa ainda foi incendiada e os animais foram mortos".

que não é expresso apenas pela substituição de uma atividade econômica por outra, mas por um processo social que leva a formação de novas "territorialidades", de novas cidades, de novas manifestações culturais, de novas formas de apropriação dos recursos naturais, enfim, da construção de novos padrões sócio-culturais. Este novo padrão sócio-cultural, que mobiliza recursos políticos (eleição de prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governador e formação de lideranças), recursos culturais (expressos por uma nova "etnicidade" que caracteriza o tempo do trabalho, da produção, do manuseio da técnica, da gestão do negócio), recursos sociais (rede de relações entre agentes diversos) e recursos econômicos, converte todos estes recursos em novas possibilidades de expansão da atividade agrícola.

Os meios de aquisição de terras, mas também o acesso ao crédito rural público ou privado, a construção de infraestrutura, o acesso ao mercado dos produtos agrícolas permitem verificar como estes recursos diversos são convertidos em meios que minorem os efeitos constritivos de reprodução do capital na agricultura. Como demonstrado acima, a participação do custo da terra na composição do custo total de produção tem contribuído para elevar a competitividade da soja brasileira no mercado internacional e garantir a taxa de rentabilidade mais elevada aos produtores. Para manter o mesmo padrão de rentabilidade, especialmente em situação de aumento dos custos de outros fatores (máquinas e insumos) recorrem a estratégias diversas que permitem, através da aquisição de terras, criar um efeito positivo sobre os investimentos. Portanto, a lógica de reprodução do capital na agricultura em áreas de fronteira não responde apenas a uma lógica de mercantilização dos fatores de produção, mas, também, a uma lógica que converte os recursos sociais, políticos e culturais, em meios favoráveis à aquisição de tais fatores. Por esta razão, mais importante do que identificar as formas de expressão das relações econômicas (relações mercantilizadas, em que predomina a eficiência da escolha racional) torna-se necessário identificar as condições de possibilidades de emergência destas relações.

B. A expansão das lavouras de soja segue uma dinâmica bastante específica quanto à apropriação dos recursos naturais. Inicialmente, ocupando áreas de cerrado, com relevo plano a suavemente ondulado, com solos profundos e bem drenados. A implantação da lavoura ocorre após a plena retirada da vegetação nativa, que corresponde às atividades de desmatamento, enleiramento, queima e catação de raízes. Devido à elevada acidez dos solos, corrigidos pela aplicação de calcário, usa-se, nos dois primeiros anos, o cultivo de arroz (alguns agricultores já eliminaram esta prática), substituído, em seguida, pela soja. O plantio ocorre nos meses de outubro/novembro e a colheita fevereiro/março, quando é plantada a segunda lavoura, a safrinha (milho, milheto, girassol, sorgo), que servirá de cobertura vegetal até o início da próxima safra, permitindo a realização do "plantio direto".

Após a ocupação do cerrado da região Sul e do Médio Norte do estado, as lavouras de soja deslocaram-se para as áreas de transição com a floresta Amazônica, situadas ao Norte, especialmente no entorno da BR 163, e no Médio e Baixo Araguaia, áreas que compõem o "arco de desmatamento"[14] da Amazônia Legal. Na medida em que a frente agropecuária avança ao norte do estado em direção à floresta amazônica, a vegetação nativa cede lugar às pastagens, ao cultivo de arroz, milho, soja e algodão. Apenas em 2002, segundo levantamento e sistematização realizado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), no estado de Mato Grosso foram desflorestados, aproximadamente, 1,04 milhões de hectares, o que corresponde a 43% do total de desmatamento da Amazônia brasileira.[15] Outro indicador do avanço da frente de expansão da agricultura é o crescimento dos focos de queimadas, que denunciam os novos desflorestamentos, prática utilizada para a limpeza da área, após a

[14] "Arco de desmatamento" é uma denominação dada a área de alta concentração de desmatamento e queimada nos estados que compõe a Amazônia Legal.
[15] INPE. Deflorestamento nos estados da Amazônia Legal. www.inpe.gov.br

derrubada da vegetação e da destoca, facilitando o preparo do solo. Em 2004 foram identificados 204 mil focos no território brasileiro, destes, 152,7 mil nos estados que formam a Amazônia Legal, dos quais, 74 mil no estado de Mato Grosso; ou seja, 48,5% dos focos de queimadas identificados na Amazônia ocorreram neste estado.[16] Nem todo os focos de calor estão associados à abertura de áreas para o cultivo da soja - não existem estudos que permitam esta associação direta, no entanto as imagens de satélites registram maior adensamento destes focos nas frentes de expansão agropecuária, especialmente de lavouras comerciais (MIRANDA; CAPUTI; DORADO, 2002).[17]

Para controlar o efeito de desmatamento sobre a região amazônica, o governo federal colocou em vigor o Código Florestal Brasileiro que normatiza o uso dos recursos naturais. Segundo a legislação federal, na região compreendida como Amazônia Legal fica permitido o desmatamento de até 20% das propriedades rurais situadas em áreas de floresta e 65% quando situadas em áreas de cerrado.[18] Para os representantes dos produtores (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO) a aplicação do Código Florestal constitui em "obstáculo para o crescimento econômico da região", pois limita o uso de áreas apropriadas para exploração agrícola. Em contrapartida, propõem alteração no código, de modo a permitir a exploração de até 50% das propriedades situadas em áreas de florestas; 65% nas áreas de transição e 80% no cerrado. Além do questionamento sobre o percentual a ser desmatado, questiona-se também o enquadramento da área de "transição" na categoria floresta, o que limita o uso da principal frente de expansão da agricultura.

O Código Ambiental do Estado de Mato Grosso, divergindo do Código Florestal Brasileiro, define como Área de Reserva Legal 50% da superfície das áreas de florestas ou mata de transição e 20% das áreas de cerrado.[19] Portanto, há um conflito entre os setores produtivos, ambientalistas e governos, quanto à aplicação dos instrumentos legais para a definição da reserva legal nas propriedades privadas. A manutenção deste conflito encerra uma estratégia importante para os proprietários rurais de Mato Grosso, especialmente aqueles situados nas áreas de transição da floresta amazônica, que utilizam a prerrogativa da legislação estadual para desmatar um percentual além do permitido pela legislação federal. Outra estratégia adotada pelos agricultores tem sido a conversão de áreas de pastagens em lavouras, especialmente na região Nordeste do estado.

Para a lógica de reprodução do capital quanto maior o volume de recursos imobilizado na aquisição de terra e que não entra no processo produtivo, menor tende a ser a eficiência dessa produção. Seguindo está lógica, a região da floresta amazônica tenderia a ser pouco atrativa para a expansão das lavouras em larga escala, no entanto, o que se verifica é o rápido crescimento da área cultivada (soja, pastagem, milho, etc.). O Mapa 08 (Apêndice D)

---

[16] IBAMA/PROARCO. Distribuição dos focos de queimadas por estados da Amazônia Legal. http://www2.ibama.gov.br/proarco/relatorio/FOCOS04.htm

[17] Para um estudo mais amplo sobre os fatores de desmatamento na Amazônia ver o estudo realizado por Rodrigues, 2004.

[18] Ver Código Florestal Brasileiro – Lei 4771. "**Artigo 16º** - As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo: I - oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia legal. II - trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo; III - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do país; e IV - vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do país". (FEMA/MT. Código ambiental do Estado de Mato Grosso. Lei Complementar n. 38, 21 de novembro de 1995).

[19] Mato Grosso. Código Ambiental do Estado de Mato Grosso. Lei Complementar nº 38, 21 de novembro de 1995.

demonstra que a área desmatada sem autorização dos órgãos responsáveis (Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) supera a área desmatada com autorização, o que tem contribuído para o rápido crescimento do desflorestamento da região.

O que se pretende demonstrar é que existem estratégias desenvolvidas por diferentes agentes (agricultores, Estado, empresas de planejamento ambiental, funcionários dos órgãos responsáveis pelo monitoramento ambiental e outros) que procuram minimizar os efeitos da legislação ambiental, incorporando ao sistema produtivo um percentual superior àquele delimitado pelas legislações. Estas estratégias, algumas legais e outras ilegais, são justificadas pela "necessidade" do desenvolvimento da região. Um dos casos emblemáticos no estado de Mato Grosso, refere-se à reocupação da área indígena Xavante, no município de São Felix do Araguaia, que nos anos de 1970 foi doada pelo governo federal à Empresa de Petróleo Italiana Agip Liq Farma e que nos anos de 1990, por pressão internacional foi "devolvida" aos Xavantes. Estrategicamente, os agricultores da região estimularam a ocupação dessa área por posseiros e pequenos produtores, impedindo que a população indígena se reapropriassem do território. Recentemente, esses mesmos agricultores pressionam os posseiros a deixarem a área para o cultivo de lavouras de soja.[20] A criação de Áreas de Proteção Permanente, de Reserva Ambiental e Terras Indígenas é compreendida pelos setores ligados à produção agropecuária como um obstáculo ao "crescimento" e "desenvolvimento" da região.

Por estratégias diversas, os agentes recorrem a recursos disponíveis para minorar os efeitos da legislação ambiental. Estas estratégias são definidas por arranjos institucionais e não-institucionais, dependendo da disposição e das relações entre os agentes. No Estado de Mato Grosso, a eleição de um representante do setor agrícola como governador, tem contribuído para um controle específico sobre os mecanismos de monitoramento e fiscalização ambientais. Por outro lado, ações empreendidas por Organizações Não-Governamentais, setores da Universidade e outros segmentos têm problematizado o avanço "descontrolado" de abertura de novas áreas. Os agricultores encontram nesta "flexibilidade" aberta pelas relações de força entre segmentos diversos, especialmente Estado (referindo-se a representantes de governo e governo), organizações da "sociedade civil" e setores produtivos, a possibilidade de expansão da fronteira agrícola além da normatização expressa pela legislação ambiental, permitindo o uso mais ampliando dos investimentos realizados em fatores de produção, neste caso a terra.

C. Uma das características das lavouras de soja nas áreas de cerrado é o cultivo em larga escala,[21] com elevados investimentos em mecanização e uso de insumos. A ampliação do uso de máquinas e implementos agrícolas em todas as etapas da produção – desmatamento, preparo do solo, plantio, tratos culturais (controle de doenças e de plantas concorrentes), colheita e pós-colheita – tem implicado em uma maior "qualificação do trabalho" e na redução de contratação de trabalhadores. No entanto, algumas etapas da produção, especialmente a de abertura de novas áreas, demandam o emprego de um número elevado de

[20] Como relata matéria do Jornal A Gazeta (10/06/2003): "Posseiros da fazenda Suyá Missu, a 1,2 mil quilômetros da Capital, dizem estar sofrendo pressão psicológica de produtores de soja da região de Alto Taquari, sul do Estado, para que desocupem a área de 103 mil hectares. Há 12 anos na invasão, localizada no Baixo Araguaia, entre os municípios de Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia, os moradores da localidade Estrela do Araguaia temem um confronto armado pela terra".

[21] Utilizando dados referentes ao ano agrícola de 1995/96, último censo agropecuário realizado pelo IBGE, no estado de Mato Grosso, 77,7% do total da área cultivada com soja está localizada em estabelecimentos com mais de 1.000 ha; apenas 0,3% em estabelecimentos com até 100 ha e 8,2% em estabelecimentos entre 100 e 500 ha. Enquanto que, na média nacional, 26,7% da produção ocorre em estabelecimentos com menos de 100 ha, e 33,6% em estabelecimentos com mais de 1000 ha. (Ver gráficos 4 e 5, Apêndice C)

pessoas nas atividades de catação de tocos e raízes. Trata-se do processo de "limpeza" da área para o plantio da soja.

Nesta etapa da produção, fiscais do Ministério do Trabalho têm identificado inúmeras irregularidades na contratação dos trabalhadores. Através do termo "trabalho escravo" denominam as condições inadequadas de moradia, alimentação, higiene e a coerção exercida contra os trabalhadores que ficam impedidos de deixar o serviço antes de saldar as dívidas contraídas por ocasião da contratação e durante a execução do trabalho, na compra de alimentos, cigarros, bebidas e roupas.

Um levantamento realizado pela Folha de São Paulo, com base nos relatórios de fiscalização do Ministério do Trabalho, no período de 2000 a 2003, "revela que o trabalho escravo no Brasil acompanha o avanço das fronteiras agrícolas e da pecuária e está presente em grandes empreendimentos agrícolas para a exportação e em modernas fazendas de criação de gado que estão no topo da vanguarda tecnológica". De 1995 a 2004, "foram resgatados 11.969 trabalhadores rurais que se encontravam em condição análoga à de escravo" (Idem), deste total 2.435 ocorreram no Estado de Mato Grosso. São trabalhadores contratados temporariamente para catação de raízes na abertura de áreas para o plantio de soja: "Os municípios de Sorriso (MT), maior produtor de soja do Brasil, e de São Desidério (BA), maior produtor de grãos do Nordeste, estão na rota oficial do trabalho escravo, juntamente com outros celeiros prósperos da produção de grãos, como Campo Novo dos Parecis, Tapurah e Nova Mutum, no Mato Grosso, e Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia" (ALBANO, 2004).

Parece existir uma certa distinção entre as etapas da produção de soja. Um primeiro momento é o da abertura da área, que simbolicamente é denominada de "limpeza": retirada da vegetação, catação de tocos e raízes, e correção do solo, para reduzir a acidez e adequar as condições químicas ao plantio. É um "ritual" de passagem da terra "bruta", sem uso, "suja", à terra preparada, "limpa", própria para o plantio. Esta passagem simbólica, mas também material, mostra-se importante para expressar a presença do "homem" em novos ambientes, mas também, para caracterizar novas temporalidades, novos ritmos, nova dinâmica, enfim, um "novo" que se opõe às temporalidades, ritmos e dinâmicas tradicionais.

A distinção entre terra "suja" e terra "limpa" expressa também formas diferenciadas de relação de trabalho. A limpeza da área é realizada mediante trabalho temporário, de migrantes não estabelecidos na região e contratados por um agente intermediário, o "gato". O trabalho de cultivo das lavouras é realizado por pessoa estabelecidas na região, geralmente com contratos permanentes, com vínculo direto ao agricultor e, dependendo da função, com participação na produção. São duas modalidades muito distintas de relação de trabalho, que se realizam em diferentes etapas do processo produtivo. Assim, "trabalho" e "trabalhador" mais do que expressar uma relação mercantil e distribuição dos meios de produção expressa a construção social de temporalidades, de habitus e de manifestações culturais; temporalidades que são criadas no espaço social em construção e no corpo dos indivíduos, por um longo e intenso processo de distinção e nomeação.[22]

O "trabalho escravo" é uma prática de contratação de força de trabalho que, predominantemente, ocorre por ocasião da abertura de novas áreas, quando há uma maior demanda por trabalho manual. Os trabalhadores, migrantes de outros estados e regiões, são nomeados de "transeuntes", "desenraizados", "migrantes", "pés-inchados", em referência ao seu estado de permanente deslocamento. É uma forma de nomear o "outro", de se distinguir daqueles que pertencem à região, que compartilham os mesmos valores, princípios e

[22] Haesbaert (1997) analisa este processo de distinção e nomeação como mecanismo de construção de novas territorialidades e identidades da "rede gaúcha" de ocupação do cerrado nordestino.

interesses, e assim, justificar as relações de trabalho a que estão sujeitos "aqueles" que praticam atividades "menos qualificadas".[23]

É importante destacar que esta prática de contratação de "força de trabalho" está longe de ser a predominante entre os plantadores de soja em áreas consolidadas, mas é recorrente entre aqueles que estão em processo de abertura de novas áreas. A informalidade das relações de trabalho, a falta de assistência médica, as condições precárias de moradia e alimentação, a coerção física ou moral para impedir que os trabalhadores abandonem o serviço, até que suas "dívidas" sejam quitadas, são meios de reduzir custos de fatores de produção. Portanto, estes recursos não podem ser percebidos como externalidades, casos isolados, mas como estratégias de reprodução do capital na área de fronteira. São mecanismos que têm por objetivo minorar os efeitos das leis trabalhistas e, portanto, dos custos de produção.

Além destas estratégias utilizadas pelos agentes que constituem a configuração da expansão da soja na área de fronteira para minorar os efeitos dos custos de produção da terra, do trabalho, da legislação ambiental, outras estratégias podem ser identificadas na ampliação da infra-estrutura de transporte, produção e comercialização; no desenvolvimento de tecnologias e variedades adaptadas; na liberação de crédito rural, enfim, em um conjunto de ações que visam ampliar as condições de possibilidades de reprodução do capital na área de fronteira através da expansão das lavouras de soja.

Os elementos acima apresentados demonstram que, para compreender a dinâmica de expansão das lavouras de soja nas áreas de fronteira torna-se necessário criar um campo de pesquisa em que os elementos econômicos deste processo sejam abordados pela relação de interdependência que se estabelece com as dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais. Em outras palavras, a dimensão econômica do processo de expansão das lavouras de soja não expressa, como sugerem, de uma maneira geral, as teorias econômicas, um conjunto de ações desencadeadas por uma lógica imanente à própria ação econômica, nem mesmo uma "razão calculadora" própria dos "agentes econômicos". A "lógica econômica" e a "razão do cálculo formal", princípios norteadores da ação econômica, são produtos de práticas e relações sociais construídas historicamente; são produtos de um campo de forças onde os agentes (carregados de uma historicidade, de um modo de vida e de possibilidades que o próprio campo oferece) se relacionam com outros agentes e com o próprio campo, de modo a construir e redefinir a própria relação de força do campo, ou seja, a definir o próprio campo.

Os processos de aquisição de terras (acima apresentados) ilustram a diversidade de meios que tornam possível a transferência de terras públicas para o domínio privado e as características específicas do mercado imobiliário. Os governos federal e estadual criaram uma série de instrumentos públicos, em forma de lei, normatizações e decretos que regulamentaram a concessão de grandes domínios territoriais a setores privados. Somam-se a estes instrumentos, as formas ilícitas através da "grilagem" e do conflito, como também, as

[23] Além da nomeação e da distinção, como mecanismo de barreira e distanciamento entre grupos sociais, outras estratégias são utilizadas para o controle do espaço social, como pode ser observado na análise realizada por Guimarães Neto (2003: 15) sobre a formação das cidades em Mato Grosso: "É muito revelador que nos primeiros momentos da abertura das novas áreas ditas de colonização as empresas erigiam barreiras físicas, construídas de madeira ou cimento, ou, também, utilizavam barreiras naturais como rios de difícil travessia (controlando as passagens), impedindo a entrada daqueles que não podiam se identificar ou que não eram bem-vindos. Estes mecanismos de exclusão direcionavam-se, sobretudo, a negros ou homens e mulheres que haviam se deslocado de áreas geográficas muito pobres do Brasil, como de determinadas partes do Nordeste. Neste caso, estigmatizavam os 'nordestinos', que eram associados a todos os homens pobres, perigosos e 'sem rumo'. As diversas barreiras que eram ocupadas por homens armados, encarregados da vigilância do lugar, passavam a funcionar também como barreiras étnicas. Inúmeros são os casos de violências registradas contra garimpeiros e trabalhadores sem terra pelos donos das colonizadoras".

aquisições por relações mercantis. Cada um destes meios envolve agentes e recursos específicos. Em outras palavras, o mercado de terras pode assumir diferentes características dependendo do agente e do tipo e volume de recursos controlados. Por exemplo, em uma figuração formada entre posseiro e produtor de soja, a estabilização das relações de força tende a ser mais desigual devido às diferenças dos recursos mobilizados por cada um dos agentes (neste caso, os recursos que exercem maior poder de coerção são controlados pelos agentes economicamente consolidados). Se, por outro lado, esta figuração é definida pela relação entre produtor de soja e pecuarista (situação recorrente nas novas áreas de abertura de soja), a estabilização das relações de força tende a ser menos desigual do que a verificada no exemplo anterior, uma vez que os recursos que exercem maior coerção, neste tipo de relação, são controlados tanto por pecuaristas quanto por sojicultores, apesar da diferença do volume dos recursos por eles controlados. Ainda, tomando como exemplo, uma terceira figuração, agora formada pela relação de interdependência entre sojicultores, a estabilização das relações de força tende a ser mais igualitária, devido ao domínio que ambas as partes exercem sobre recursos semelhantes. O maior ou menor equilíbrio das relações de força presente nestas configurações, ou seja, a coerção funcional que um agente exerce sobre outro, depende do tipo e do volume de recursos por eles mobilizados.

As considerações feitas sobre o mercado de terra podem ser estendidas para as relações de trabalho, o uso dos recursos naturais e formação do mercado dos produtos agrícolas, bem como, para a construção de infra-estrutura necessária à continuidade da expansão da fronteira agrícola.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Conflito e mediação**: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993, 2v. Tese (Doutorado em Antropologia Social).

BRANDÃO, A.S.P.; REZENDE, G.C., MARQUES, R.W. da Costa. **Crescimento agrícola no período 1999-2004, exploração da área plantada com soja e meio ambiente**. IPEA. Texto para discussão Nº 1062. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Indicadores da agropecuária. Ano XIII, n.1, 2004. Brasíla. Disponível em: <www.conab.gov.br>.

Furtado, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GLASS, Verena. "Luta pela terra: Agronegócio é o principal agente da violência no campo, aponta CPT". **Agência Carta Maior**, São Paulo, 18 Maio 2004. Disponível em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br>. Acesso em: 20 Maio 2004.

GOMES, A.G. Soja: a falácia da rentabilidade. Elevação dos custos de produção e do preço da terra dilapidam os ganhos com a cultura. **Agroanalysis**. Fundação Getúlio Vargas, v. 24, n. 8, p. 30-33, agos. 2004.

GUIMARÃES NETO, R. Beatriz. **A lenda do ouro verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

GUIMARÃES NETO, R. Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. **Projeto História**, São Paulo, n.27, p.49-69, dez., 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HOLANDA, S. B. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOLANDA, S.B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBAMA/PROARCO. Relatório de focos de queimadas. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/ proarco/relatorio/ FOCOS04.htm>.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 1995/96. (www.sidra.ibge.gov.br)

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. **Levantamento Sistemático da Produção**, 2004. (www.sidra.ibge.gov.br)

LAPIERRE, Jean-Willian. Prefácio. In: POUTIGNAT, P.; FENART-STREIFF, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação da Ed. Unesp, 1998.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Balanço da oferta mundial de soja**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/ PAGE/ MAPA/ESTATISTICAS/ AGRICULTURA_MUNDIAL/10.5.D.XLS>.

MARTINS, J. de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, J. de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MATO GROSSO/SEPLAN. **Anuário estatístico de Mato Grosso 2003**. Vol. 25./Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Cuiabá: SEPLAN-MT: Central de Textos, 2004.

MIRANDA, E.E., CAPUTI, E., DORADO, A. J. Monitoramento orbital das queimadas em Áreas Indígenas e Unidades de Conservação no Brasil em 2001. Embrapa. Comunicado Técnico Nº 08. Campinas, julho, 2002. Disponível em: <http://www.cnpm.embrapa.br>.

MORENO, Gislaine. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OGAWA, Alfredo. O pioneiro. **Exame**. São Paulo: Ed. Abril, ed. 716, n.12, p.134-143, jun. 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** São Paulo, 1997. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PHUL, João Ivo. **Estratégias de poder na luta pela terra** - Gleba São Domingos. Vale do Guaporé, Mato Grosso (1970-1990). Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado em História) - – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

RESENDE, C.R. **A ocupação agrícola e a estrutura agrária do cerrado**: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e de tecnologia. IPEA. Texto para discussão n. 913. Brasília, 2002. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

RODRIGUES, L.V.R. **Análises dos fatores determinantes do desflorestamento da Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROESSING, A.C. LAZAROTTO, J.J. Lucro ou prejuízo com a soja? **Agroanalysis**. Fundação Getúlio Vargas, v.24, n.9, p. 30-32, set. 2004.

SILVA, Antonio Alves da. **O complexo agroindustrial da soja no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia – UFRJ.

SILVA, Elias da. **O papel da cidade de Rondonópolis no complexo agroindustrial do Sudeste de Mato Grosso**. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Geografia – UFRJ.